

Introdução

Tive o meu primeiro contato com o livro “La Démocratie en Asie” em meados do ano 2023. De início, o título me chamou atenção, muito por conta da dubiedade inerente ao sistema asiático dentro do senso comum ocidental. Pouco conhecidos, os sistemas políticos orientais são vistos geralmente como autocracias violentas, baseando-se principalmente nas experiências “sino-russa, na primeira metade do século XX, que deixou este estigma para os governos asiáticos. Para tirar esta dúvida, resolvi lê-lo como forma de expandir horizontes, em uma obra baseada na visão europeia/francesa do processo de construção política asiática.

O livro baseia a sua argumentação na seguinte provocação: dada a hegemonia da democracia parlamentar ocidental, o que aconteceria com este ideal de sistema caso houvesse uma ascensão asiática, onde uma outra tradição é preponderante? O livro não busca responder diretamente a essa pergunta, mas sim explicar as nuances de cada sistema, e conceber quais são os principais desafios de cada sistema.

Neste trabalho, por sua vez, Guibourg Delamotte para o Japão, Gilles Verniers para a Índia e Chloé Froissart para a China fornecem-nos uma análise concreta e circuncisa da democracia para cada um destes países. Eles nos dão um retrato da democracia destes três gigantes asiáticos. São expostas as circunstâncias que levaram cada um destes países a adotar uma democracia, os modelos nos quais se modelaram para reproduzi-la em casa, o seu sistema de funcionamento, os partidos, as eleições, os líderes e as dinastias, as suas falhas e as suas fraquezas, as várias derrubadas do poder em vigor, da economia, da imprensa, e todos os mecanismos de poder que mantém e mantiveram os líderes políticos que comandaram estes três gigantes asiáticos.

Guibourg Delamotte é professora sênior (MCF HDR, habilitado para supervisionar pesquisas) de Ciência Política no departamento de estudos japoneses do Instituto Francês de Estudos Orientais (Inalco). Ela lecionou na Sciences Po Paris por 7 anos, e dá aulas de Relações

¹ Resumo escrito em janeiro de 2024, no âmbito das atividades do PET-Economia da UFCG.

²Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Programa de Educação Tutorial (PET - Economia) e do GAACE-Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: axlrached@gmail.

³Professora da Unidade Acadêmica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE. No presente resumo atuou como revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

Internacionais, Política Japonesa e aulas sobre o Japão Contemporâneo. A sua “Habilitation to supervision research” (HDR, 2016), que defendeu na Sciences Po, foi sobre a democracia japonesa. A sua dissertação de doutoramento (Ecole des Hautes études en sciences sociales), sobre política de defesa japonesa (2007), recebeu o Prémio Shibusawa-Claudé (2008). Formou-se na Universidade de Oxford (M. Jur), Paris 2-Panthéon-Assas (M. Direito), Inalco (Japonês) e SciencesPo Paris (BA, Mestrado em RI).

Jean-Marie Bouissou é um destacado acadêmico francês especializado em estudos japoneses. Ele é reconhecido internacionalmente por suas contribuições para a compreensão da cultura, sociedade e economia do Japão. Suas pesquisas abrangentes e suas numerosas publicações têm enriquecido significativamente o campo dos estudos japoneses, tornando-o uma autoridade respeitada nessa área. Bouissou é frequentemente convidado para palestras e conferências em todo o mundo, onde compartilha seu conhecimento e insights sobre o Japão contemporâneo e sua rica história cultural.

Chloé Froissart é renomada pesquisadora e escritora francesa, com uma vasta contribuição para os estudos culturais e antropológicos, em especial sobre a China. Sua carreira é marcada por uma profunda investigação sobre as interseções entre cultura, identidade e sociedade. Froissart é autora de diversas obras influentes, incluindo "Migrations et mutations de la famille en Asie" e "La Chine et ses migrants: la conquête d'une citoyenneté". Seu trabalho aborda temas complexos, como migração, família, globalização e indústrias de defesa, oferecendo uma análise perspicaz e inovadora. Além de suas contribuições acadêmicas, Froissart também é reconhecida por sua atuação como consultora em organizações internacionais e por seu compromisso com o diálogo intercultural. Sua dedicação à pesquisa e sua habilidade em traduzir questões complexas em linguagem acessível a tornam uma figura proeminente no campo dos estudos culturais contemporâneos.

Democracia “made in Japan”

Delamotte inicia este capítulo explicando as origens da democracia japonesa, a mais antiga da Ásia. O autor destaca principalmente como a “democratização”, iniciada na Era Meiji (1868-1912), foi almejada visando ser aceita como uma potência pelos países ocidentais, que segundo os dirigentes japoneses poderiam enxergar o país como “atrasado” e “colonizável” caso não houvesse uma modernização em seu sistema político. Com a instituição em 1889 de uma monarquia constitucional autoritária, o que se viu neste período foi a cristalização de grupos de interesse para além do imperador, tais como a aristocracia e seus conselheiros, os partidos populares “mintô”, a nobreza, a burocracia estatal e os militares, estes últimos os mais proeminentes até 1945.

Em 1947, a criação da nova constituição, sob a égide americana, positivou direitos como à felicidade, a um nível mínimo de vida material e cultural, ao direito de ter uma educação igualitária e o direito de trabalhar. Porém, o imperador, assim como na Inglaterra, passou a ser tratado mais como um símbolo nacional do que como uma autoridade política em si, que passa a ser incorporada pela figura do primeiro ministro. Neste cenário, quem perdeu poder também foram os militares, que foram considerados figuras centrais na deflagração da Segunda Guerra Mundial.

O autor demonstra, após a contextualizar a estrutura política japonesa, a situação das instituições ditas como “contra-poderes”, tais como o sistema judiciário, os cidadãos e os seus respectivos direitos adquiridos e é claro, a mídia. E apresenta as mazelas de cada um deles.

Com relação ao sistema judiciário, há um problema logo na largada, pois as indicações de juízes para as cortes superiores são políticas, feitas boa parte pelos conservadores do PLD (Partido Liberal Democrata), que devido à sua hegemonia eleitoral, fez com que a corte japonesa fosse considerada basicamente como “conservadora”, e altamente alinhada com o interesse dos poderosos. Não seria diferente no caso do ministério público japonês, que sob o guarda-chuva do ministério da Justiça, frequentemente é negligente para acusar crimes de políticos e desastres ambientais, como no escândalo de Ichiro Ôzawa e o de Fukushima, respectivamente.

Com relação aos direitos dos cidadãos, Delamotte destaca inicialmente a fragilidade do código penal japonês no que concerne ao direito de defesa, culminando, por exemplo, em um ganho de mais de 95% dos acusadores nos processos, algo que torna complicada a vida dos que são acusados no Japão. Somado a isto, o baixo número de advogados e promotores no país (números entre 1920 e 1990) aponta uma redução do número de advogados no arquipélago, expondo um sistema de justiça lento e altamente punitivo, o que gerou inúmeras críticas de ativistas dos direitos humanos a partir da década de 1990, principalmente.

Já a mídia tradicional, em especial a escrita e a televisionada, é bastante forte ainda no Japão, sendo utilizada em 90% dos lares, com elevada credibilidade (com uma tiragem per capita 4 vezes maior do que a mídia francesa, por exemplo). Delamotte aponta como os principais problemas deste contrapoder a proximidade com as fontes políticas, que possuem uma proximidade acima de uma neutralidade esperada entre fonte e jornalista; o discurso que desqualifica a classe política como um todo, gerando um sentimento de desesperança e de cinismo político; e o jornalista investigativo seletivo, geralmente contra políticos que atuem na contramão das elites econômicas.

Na seara política, é destacada a atuação e a hegemonia conservadora do PLD e a falta de alternância política, de modo que até 2012 somente 2 partidos alternaram no poder do país. Uma virada de chave na última década foi a ascensão de Shinzô Abe, primeiro ministro do Japão entre 2006 e 2007, e posteriormente entre 2012 e 2020. Buscando sobrepor o fracasso do primeiro

governo, Abe passou a apostar em uma retórica mais autoritária, valendo-se de jargões próprios (*Abenomics*, pacifismo proativo, etc.), e um comportamento abertamente mais duro com a imprensa, ignorando perguntas, perseguindo canais como o Asahi (mais progressista), promovendo boicote aberto contra a emissora, com o apoio inclusive de jornais conservadores como NHK e Yomiuri. Abe conseguiu inclusive perseguir publicamente um estudante que o criticava em seu blog, obrigando-o a pedir desculpas publicamente.

É um fato que Abe começou a corroer a sólida democracia japonesa. Fato este corroborado por diversos estudos, incluindo um ranking de liberdade de imprensa, onde o Japão figurava em 10º lugar em 2010, despencou para a 59ª posição 4 anos depois, coincidindo com o mandato de Abe.

Os desafios da democracia na Índia

A Índia pode ser considerada a maior democracia do mundo, com os seus mais de 800 milhões de eleitores, estando em vigência desde a sua independência em 1947, exceto um curto período de 21 meses de estado de urgência entre 1975 e 1977. Verniers destaca primeiramente um grande paradoxo: se por um lado, a população, em especial os mais pobres e excluídos (notavelmente em regiões rurais, onde a taxa de participação é maior do que em regiões urbanas) possuem grande adesão ao modelo de democracia representativa, por outro, a insuficiência e o alto nível de corrupção dos políticos atrapalha o desenvolvimento econômico indiano, que apesar de ter sido expressivo nas últimas décadas, poderia ter sido maior. Um prejuízo que afeta diretamente a população indiana, em grande parte vivendo no limiar da pobreza, e até mesmo a elite econômica indiana, que frequentemente se questiona sobre a eficiência deste sistema.

A Índia escolheu o caminho de se democratizar antes de se desenvolver. E, sobretudo, de resolver os seus conflitos internos, em um país absolutamente plural em termos étnicos e culturais, subdesenvolvido e cheio de tensões, com destaque para a questão paquistanesa e mulçumana no país. Conflitos entre elites tradicionais econômicas, herdadas do período colonial, e as altas castas davam o tom de uma missão nada fácil, mas que com o passar dos anos, foi conseguindo enraizar e consolidar instituições democráticas. Estas, de fato, eram centralizadoras, precisando conviver com partidos regionais que buscavam descentralizar e regionalizar o poder para si.

Para Verniers, um dos grandes trunfos para o sucesso das instituições indianas foi justamente a herança das instituições implementadas pelos britânicos, notadamente o Serviço Indiano Civil, um corpo burocrático composto por nativos da elite indiana, altamente treinados, e comprometidos em fazer a transição de colônia para país independente. A democracia indiana possui um peso fundamental ao redor do mundo, principalmente pela escala e o tamanho que possui. Desafios como

superar problemas relativos ao meio ambiente, saúde, educação e solidariedade parecem necessitar de um esforço hercúleo, talvez só comparável ao da China e seus problemas internos.

O desafio indiano parece maior também por conta da própria estrutura social que a permeia, baseada em desigualdade social e diferenças regionais, culturais e étnicas acentuadas. Somente com os seus “contra-poderes”, que já provaram ser eficientes, é possível conceber um quadro institucional para mediar conflitos. O ponto positivo é a adesão da população à democracia, que parece atenuar as desigualdades supracitadas.

No que concerne às elites, estas parecem ainda titubear sobre se a democracia é um modelo suficiente para atender aos seus interesses. Reconciliar este grupo com as virtudes deste sistema parece também compor o desafio indiano, que não pode deixar as suas contradições ampliarem ainda mais as desigualdades e as tensões sociais, que a partir do momento que passarem do suportável, podem por todo um sistema democrático em cheque.

A democracia na China - Uma questão de equilíbrio

Não é de hoje que se discute sobre a democracia na China. No pós 1ª Guerra Mundial, a tutela japonesa sob a China, concedida pelos Aliados, movimentou uma onda de protestos em favor de uma reforma no sistema político chinês, que segundo os manifestantes deveria seguir a modernização da Era Meiji, bem como a adoção de instituições similares ao ocidente.

Estas reivindicações já vinham desde o fim da Guerra do Ópio (1839-1842), suscitando uma série de discussões à época sobre de onde viria a superioridade da “raça branca”, que estaria, segundo eles, vinculada aos direitos individuais e do Estado de Direito. Elementos estes que não eram verdadeiramente reivindicados até o início do século XX, onde o Império tomava conta do território chinês, baseando-se em uma tutela do povo baseada no confucionismo, onde os indivíduos deveriam ser virtuosos e leais ao coletivo, suprimindo quaisquer marcas de individualidade. Para muitos, o valor da democracia seria do seu valor instrumental para a China, um passaporte para fazê-la uma nação moderna, poderosa e rica.

Um destes teóricos era Mao Zedong (ou Mao Tsé-Tung), que concebera a ideia de “nova democracia”, com a sua visão nacionalista e instrumental deste sistema. Visando combater os “inimigos do povo”, Mao acabou paradoxalmente sendo mais autoritário do que os seus antecessores, apesar da Constituição de 1954, que em tese garantia direito à liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, de pensamento e de crença. Os 8 partidos, além do Kuomintang, não passaram de figurantes desde então. Todas as promessas acabaram por ficar no papel mesmo.

Esta instrumentalização da “democracia” chinesa, como forma de legitimar o poder, foi

utilizada também por seu sucessor, Deng Xiaoping, que buscava emplacar as suas reformas e destituir o sucessor de Mao, Hua Guofeng. No inverno de 1978-1979, em nome da via socialista, da ditadura do proletariado, da direção do Partido Comunista, do respeito ao marxismo-leninismo e do pensamento de Mao, Deng apoiou diversas manifestações no chamado *mínzhu qiang* (muro da democracia), que visavam apoiar suas reformas propostas, sobretudo as econômicas. Após obter êxito, pouco depois, os seus líderes, Wei Jingshen e Ren Wanding foram condenados a 15 e 5 anos de prisão, respectivamente.

Apesar do poder do PC, a crescente influência da opinião pública, somada a um jornalismo investigativo crescente, sobretudo nos anos 1990, passou a ser utilizada como ferramenta de questionamento do sistema, ao mesmo tempo em que expôs certas figuras políticas, muito por conta de casos de corrupção. Mas isso não saiu barato. Jornalistas, com Liu Xiaobo, Nobel da Paz de 2010, foi condenado a 11 anos de prisão, demonstrando que é uma profissão desafiadora no país, e um passo errado pode ser fatal nesta área, independente de pressões externas.

A recente ascensão de Xi Jinping veio com a promessa de aplicar a constituição em sua integralidade e de governar “segundo a lei”, evitando arbitrariedades de outrora. O combate à corrupção e especulações dentro do corpo burocrático foi o mote de sua campanha para moralizar a política chinesa. Para isso, Xi utilizou-se de métodos neo-maoístas para, em uma tacada só, eliminar adversários políticos sob o discurso moralizador e legalista. A diferença para Mao é que Xi não busca se calcar em um apoio popular maciço, percebendo que o poder estatal e sua luta contra o *establishment* que “atrasa” a China é mais eficiente para legitimar o seu próprio poder. Os sonhos de qualquer abertura liberal e verdadeiramente democrática aparecem, neste sentido, mais distantes.

Até os anos recentes na China, podemos dizer que há duas ramificações dentro do mesmo sistema político, onde há uma ditadura implacável e autoritária, baseada no dirigismo social, e ferramentas democráticas para legitimar e funcionarem como escape para o sistema se legitimar. Mas é fato que estas ferramentas sofrem para combater dois problemas graves internos, que são a corrupção e os abusos da burocracia local. O grande desafio do Partido é dosar o poder dessas ferramentas, de modo que elas se autorregulem e dinamizem a sua ação de modo a não comprometer a legitimidade do mesmo. É um equilíbrio instável e renegociado constantemente. É uma busca incessante por válvulas de segurança, que compreendam a introdução, ainda que modesta, de elementos democráticos.

Conclusão

A obra, por si só, não traz conclusões definitivas. Mas propõe questionamentos e análises

importantes sobre os 3 países objetos de estudo, bem como as circunstâncias que as permeiam no que diz respeito ao sistema político constituído em cada um deles. É um fato que o Ocidente apresenta a sua democracia parlamentar como um ideal insuperável. E se existisse uma forma de democracia alimentada pela cultura política específica da Ásia, seria melhor para ela do que a do Ocidente? Nem todos os asiáticos o proclamam tão ruidosamente como os líderes chineses. Mas muitas pessoas pensam assim.

No Japão e na Índia, vemos que hoje são países onde a democracia parlamentar está bem enraizada, e o desempenho parece misto. O desencanto e a tentação autoritária são perceptíveis. Na China, a coragem dos ativistas dos direitos humanos e as aberturas que as rivalidades no topo do partido-Estado por vezes lhes deixam não conseguem esconder o fato de que a democracia não é para amanhã, nem depois de amanhã.

De forma acessível e clara, este trabalho analisa em profundidade o funcionamento do sistema político destes três gigantes. O futuro da “nossa” democracia depende, pelo menos em parte, do equilíbrio de forças que se estabelecerá entre elas. Destacando que o significado geral da palavra democracia refere-se ao poder de muitos ou ao governo do povo, pelo povo e para o povo.

Neste trabalho, por sua vez, Guibourg Delamotte para o Japão, Gilles Verniers para a Índia e Chloé Froissart para a China fornecem-nos uma análise concreta e circuncisa da democracia para cada um destes países. Eles dão-nos um retrato da democracia destes três gigantes asiáticos. É possível analisar as circunstâncias que levaram cada um destes países a adotar uma democracia, os modelos nos quais se modelaram para reproduzi-la em casa, o seu sistema de funcionamento, os partidos, as eleições, os líderes e as dinastias, as suas falhas e as suas fraquezas, as diversas derrubadas do poder em vigor, da economia, da imprensa, etc.

O Japão pode se orgulhar de ser a democracia mais antiga. Ela queria proteger-se da colonização e assim adaptar-se aos padrões ocidentais. A democracia japonesa foi inspirada em muitos países: Prússia, Estados Unidos e até França. Não obstante, esta democracia tem uma série de imperfeições, principalmente na área da justiça. Sofre de vários problemas: financeiros, institucionais e do impacto da crise no comportamento dos eleitores.

A Índia, por seu lado, pode orgulhar-se de ser a maior democracia do mundo em termos do número dos seus eleitores, do pluralismo e da estabilidade do seu regime. Também pode se orgulhar de ter a Constituição mais longa do mundo. A democracia indiana é o legado da colonização britânica e estamos especialmente familiarizados com a dinastia Nehru-Gandhi. Desde a independência, no entanto, não conseguiu satisfazer as necessidades básicas de uma grande parte da sua população: a pobreza ainda está extremamente presente, bem como a subnutrição, a educação continua muito medíocre e muitos indianos continuam analfabetos. As castas minoritárias e as

minorias étnicas ainda são discriminadas e excluídas. Além disso, na Índia, a corrupção é um flagelo prejudicial e existe até criminalização da política.

No que diz respeito à China, é algo surpreendente o fato da China ser um país que se considera como democrático, e já o é há cem anos, mesmo que a ideia de democratizar a China seja mais antiga. Mao Zedong escolheu usar a democracia como um álibi para o Partido Comunista e um atributo essencial da sua modernidade. No entanto, Mao Zedong deu à China uma ditadura onde os princípios da liberdade (de expressão, reunião, associação, etc.) eram formalmente proibidos, tal como outros princípios. A China afundar-se-á então no totalitarismo, bem como com o seu sucessor “simbólico”, Xi Jinping.

Referência do livro:

BOUISSOU, Jean Marie; DELAMOTTE, Guibourg; FROISSART, Chloé; Verniers, Gilles. **La Démocratie en Asie. Barcelona.** Editions Picquier, 2015.